

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº3 - 06 de setembro de 2006

Acesso de alunos com deficiência no ensino regular é pauta em três Estados

Na última quinzena de agosto, tivemos boas surpresas na cobertura educacional nos jornais do Brasil. A primeira é o espaço dedicado ao tema da educação de pessoas com deficiência. O assunto foi pauta de jornais da Bahia, Paraíba e Tocantins.

O jornal *A Tarde* publicou em 20 de agosto a reportagem “Crianças especiais ainda sofrem rejeição”, que destaca que, apesar da legislação obrigar escolas públicas e particulares a aceitarem a matrícula de crianças com síndrome de Down, pais enfrentam dificuldades para colocarem seus filhos em classes do ensino regular. A matéria dá voz a pais, especialistas, gestores públicos, organizações da sociedade civil e também à Promotoria de Justiça.

“Número de alunos especiais nas escolas da Paraíba crescem 57,16%” é o título de extensa reportagem publicada no *Jornal da Paraíba*. O texto compara o crescimento das matrículas de alunos com deficiência no Estado com a média nacional, segundo os dados do último Censo da Educação, e chega a abordar o tema da educação inclusiva no ensino superior.

No dia 3 de setembro, o *Jornal do Tocantins* destaca que as dificuldades para o exercício do direito à educação das pessoas com deficiência. A matéria “Inclusão educacional ainda a passos lentos no Tocantins” destaca que o crescimento de matrículas no Estado esteve abaixo da média nacional e que menos da metade dos municípios estão em um processo avançado de inclusão educacional.

Dos três textos analisados, esse é o único que aborda, ainda que de modo periférico e por meio da fala de uma entrevistada, a diferença entre os conceitos de educação especial e inclusiva. A educação especial tem conotação assistencialista e é entendida como aquela que se dá em ambiente segregado. Educação inclusiva acontece quando estão garantidas a todas as pessoas com deficiência o acesso à escolaridade, em classes comuns, removendo barreiras que impedem a frequência desses alunos. É uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas e níveis de ensino.

As reportagens têm o mérito de colocar em destaque assunto em geral esquecido, mas as três escorregam ao ainda utilizarem os termos criança ou aluno “especial”. Leia abaixo as expressões sugeridas por entidades da sociedade civil que trabalham com o tema.

Também é possível comemorar a criação de uma coluna semanal sobre o tema no jornal cearense *O Povo*, assinada pela jornalista Isabelle Câmara e que tem como objetivo ser um canal de aproximação com todos os que discutem educação.

Fundeb

Chama a atenção também que no período analisado o Fundeb e a demora na sua aprovação tenham sido abordados de maneira tão isolada. No dia 28 de agosto, os jornais paranaenses *Folha de Londrina* e *Gazeta do Povo* e o gaúcho *Jornal do Comércio* lembraram – em curtas matérias – que o novo Fundo que irá financiar toda a educação básica ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

além da pauta

Termos como especiais, deficientes, portadores e até mesmo o “excepcional” ainda aparecem na cobertura jornalística. As entidades da sociedade civil que trabalham com o tema sugerem, na maioria dos casos, o uso da expressão “pessoa com deficiência”. “Deficiente” remete a uma situação em que se entende ser a parte ou uma característica da pessoa mais importante do que ela própria. “Portador”, por sua vez, traz em sua essência a idéia de algo que se pode deixar de portar quando bem entender.

Finalmente, o adjetivo “especial” reforça um pensamento antigo de que o exercício de direitos para grupos em situação de vulnerabilidade ou desvantagem está associado à imposição de condições por quem não está. O uso desse adjetivo acaba reforçando o lugar do não-aceito.

Outras dicas podem ser encontradas na página da Rede Saci:
www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=1652, assim como um glossário de termos sobre deficiência: www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=1709.

